



# Açoriano Oriental

1,50 €  
IVA inc.

O MAIS ANTIGO JORNAL PORTUGUÊS  
FUNDADO EM 1835 POR MANUEL ANTÓNIO DE VASCONCELOS



## Primeira Hora

# 159 casos de bullying nas escolas açorianas

PÁGINAS 2 E 3

DIREITOS RESERVADOS

**Contas da SATA revelam “fracasso” da reestruturação acusa o PS**

Líder do PS/A, Francisco César, apela a trabalho conjunto com o Governo para “salvar” a SATA

PÁGINA 11

## Desporto

**Ivo Fontes foi o melhor delegado da Liga em 24/25**

O Delegado Elite micaelense totalizou 95,572 pontos nas 23 delegacias desenvolvidas

PÁGINA 27

**Vila Franca já tem novo PDM com a habitação como prioridade**

Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Franca aposta na habitação e no investimento

PÁGINA 8

## Opinião

“É importante que seja possível a existência de partidos regionais”

Rolando Lalanda  
PÁGINA 16

**Presidente do Governo devia participar no Conselho de Ministros**

Defende o Representante da República nos Açores, Pedro Catarino

PÁGINA 11

**Agriloja**



Campanha válida de 1 a 30 de Junho nas lojas Agriloja de Ribeira Grande e Ponta Delgada. Limitado ao stock existente e não acumulável com outras campanhas em vigor. IVA e taxa de envio em vigor. Mais informações em loja.

**10% DESCONTO DIRETO**

NUMA SELEÇÃO DE TRANSPORTADORES PARA CÃO E GATO

**RE/MAX 4YOU** 296 30 20 20

**Moradia T3** São José, Ponta Delgada 160.000,00€ Povoação 123541108-159

**Moradia T3** São José, Ponta Delgada 135.000,00€ Povoação 123541027-465

**Moradia T3** São José, Ponta Delgada 135.000,00€ Povoação 123541027-465

Avenida Natália Correia, n.º 2 | 9500-341 S. Pedro (Ponta Delgada) 4you@remax.pt | 296 30 20 20

**Alexandre Monteiro**  
Arqueólogo subaquático

# “Recentralizar a coordenação do património cultural subaquático num órgão liderado pela Marinha representa uma desconsideração pelos Açores”



DIREITOS RESERVADOS

**Rui Jorge Cabral**  
rcabral@acorianooriental.pt

**A recente criação pelo Governo da República de um Grupo de Trabalho Interministerial para a Salvaguarda do Património Cultural Subaquático pode ser uma ameaça à Autonomia dos Açores?**

Obviamente é uma ameaça à autonomia dos Açores - não tanto pelo efeito jurídico, que se entende ser nulo, mas pelos seus efeitos políticos e simbólicos. O despacho n.º 5725/2025 que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a Salvaguarda do Património Cultural Subaquático colide frontalmente com a Lei n.º 19/2000, que garante às Regiões Autónomas competências próprias na área da gestão do seu património cultural.

A tentativa de recentralizar a coordenação do património cultural subaquático num órgão liderado pela Marinha - entidade militar, sem vocação ou formação científica em arqueologia — representa, na prática, uma desconsideração pelos avanços concretos alcançados pelos Açores no domínio da proteção e valorização deste património. Que fique claro: não se coloca aqui em causa a relevância ou a competência da Marinha. Eu próprio, enquanto membro da sua Academia, reconheço o seu impecável domínio técnico e operacional, particularmente na deteção e localização de minas explosivas, na recolha de fardos submersos de droga, no posicionamento de sítios contemporâneos de naufrágios que podem constituir perigo à navegação - mas é fundamental sublinhar que tais atividades são operacionais, preliminares e não científicas.

Recorde-se que o arquipélago é hoje verdadeiro centro nacional de referência em património cultural subaquático. Esta realidade é fruto direto do exercício da autonomia, conforme consagrado na lei, e do esforço continuado das autoridades regionais,

académicos e comunidades locais. A substituição desta gestão regional, especializada e enraizada, por uma estrutura coordenada desde Lisboa e centrada em lógicas militares e burocráticas, ofende os princípios democráticos da descentralização e da subsidiariedade. A mera publicação deste despacho já produz efeitos negativos, ao criar incerteza, desautorizar estruturas legítimas e ameaçar a estabilidade do modelo de governação cultural regional.

**Quais foram as principais conquistas dos Açores, enquanto Região Autónoma, em termos de salvaguarda do Património Cultural Subaquático?**

As conquistas dos Açores são notáveis e pioneiras. Entre os marcos mais significativos destaca-se a luta contra a caça ao tesouro em que Mota Amaral esteve do lado certo da História, ao defender os interesses dos portugueses face à cobiça de Cavaco Silva e de Pedro Santana Lopes.

Outro marco é a criação dos únicos cinco parques arqueológicos subaquáticos

## Perfil

**ALEXANDRE MONTEIRO.** É arqueólogo subaquático, investigador da Universidade Nova de Lisboa e membro da Academia de Marinha e da Missão de Combate aos Crimes contra o Património Cultural da OSCE.

É pós-graduado em Mergulho Científico, instrutor de mergulho e mergulhador profissional. Criou a base de naufrágios dos Açores, tendo trabalhos arqueológicos na Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores. É um dos autores do "Guia do Património Cultural Subaquático dos Açores", tendo escrito os livros "Escavar as águas: a história submersa dos Açores" e "Naufrágios Históricos de Vila Franca do Campo e do Grupo Oriental".

existentes em Portugal, com 35 sítios visíveis por mergulhadores recreativos - o que representa um modelo de valorização patrimonial exemplar, articulando ciência, turismo e identidade local. Esses sítios constituem simultaneamente espaços de fruição pública e instrumentos de preservação, assegurando uma proteção ativa e sustentada dos bens submersos. Outro marco de relevo é o reconhecimento europeu da qualidade desta gestão: o património subaquático açoriano recebeu em 2020 o European Heritage Label.

Este percurso foi possível graças a uma política cultural ativa e determinada, que soube usar a autonomia para colmatar o desinteresse crónico de Lisboa. Antes da autonomia, o património açoriano era considerado de menor importância, com escassos imóveis classificados e uma visão centralista redutora. A mudança veio com a assunção regional da tutela cultural, com políticos como José Guilherme Reis Leite e Luís Fagundes Duarte a liderarem o processo político que culminou na afirmação plena da autonomia cultural.

Os Açores são hoje líderes incontestáveis na proteção e valorização do património cul-

tratógica para os Açores. A arqueologia subaquática não é apenas uma vertente patrimonial: é também um instrumento de afirmação cultural, de promoção do turismo sustentável e de investigação científica de excelência, com impacto direto na economia azul e na identidade insular.

Outro aspecto que carece de atenção urgente é a estruturação técnica e logística das equipas, que, apesar do seu mérito e dedicação, operam frequentemente com meios limitados, dependentes de projetos pontuais e sem o reforço institucional que o seu trabalho justifica.

Por fim, deve ser reforçado o investimento na educação patrimonial e na participação comunitária, assegurando que as populações locais compreendem, valorizam e se envolvem na proteção do seu património cultural subaquático - aspecto essencial para evitar vandalismos, pilhagens e intervenções não autorizadas.

**A Salvaguarda do Património Cultural Subaquático açoriano deve ser uma competência da Região Autónoma? Porquê?**

Essa salvaguarda deve ser, sem qualquer ambiguidade, uma competência da Região. E não apenas porque assim o determina a lei que consagra o princípio da autonomia cultural das regiões autónomas, mas sobretudo porque a prática tem demonstrado que é precisamente sob gestão regional que este património tem sido mais eficazmente protegido, estudado e valorizado.

A Região tem um conhecimento aprofundado da sua realidade geográfica, cultural e histórica, e desenvolveu, ao longo das últimas décadas, um modelo de governança patrimonial que alia proximidade, especialização e envolvimento comunitário. Foi esse modelo, ancorado na autonomia, que lhe permitiu transformar-se numa referência nacional e europeia em matéria de património cultural subaquático.

A centralização desta competência em Lisboa - ou, mais grave ainda, em estruturas militares sem qualificação científica na área - seria um retrocesso inaceitável e profundamente lesivo da identidade cultural insular. A realidade marítima dos Açores é radicalmente distinta da do território continental, tanto em termos de desafios logísticos como em densidade patrimonial. Só uma gestão regional, autónoma e especializada consegue responder a esta complexidade de forma eficaz e com sensibilidade cultural. Retirar ou fragilizar essa competência à Região seria não apenas inconstitucional, mas também um ataque direto ao princípio da subsidiariedade, segundo o qual a gestão deve ser feita ao nível mais próximo dos cidadãos e das comunidades.

Conservar, estudar e valorizar o património subaquático nos Açores é, por natureza, uma missão regional. É nas ilhas que estão os sítios, os especialistas, as comunidades envolvidas e os museus que acolhem os achados. A salvaguarda deve, por isso, continuar nas mãos da Região - não por capricho político, mas por imperativo legal, histórico, científico e cultural. ■



## “Este despacho é um erro político grave que precisa de ser corrigido com urgência”

**Que passos devem ser dados pela Região Autónoma dos Açores para evitar a perda de poder na Salvaguarda do Património Cultural Subaquático?**

A Região deve reforçar os instrumentos institucionais e financeiros próprios para a salvaguarda do património subaquático, autonomizando orgânica e funcionalmente este domínio no seio da sua administração cultural. É necessário garantir orçamento próprio, equipas técnicas estáveis, formação continuada e meios operacionais adequados à realidade arquipelágica. Esta autonomia deve ser não apenas formal, mas plenamente exercida com recursos próprios e capacidade de decisão independente.

Outro passo crucial é a intensificação da diplomacia institucional, quer junto do Governo da República, quer no plano internacional - nomeadamente com a UNESCO, a Comissão Europeia e entidades parceiras - para reafirmar o papel dos Açores como região de excelência e liderança na proteção do património cultural submerso. A projeção internacional ajuda a dissuadir tentativas centralizadoras e a garantir apoio político e técnico externo.

Ao mesmo tempo, é fundamental apostar numa governança participada,

envolvendo municípios, universidades, associações científicas, operadores turísticos e comunidades locais, assegurando que a defesa deste património não é apenas um ato administrativo, mas um movimento social e cultural enraizado. A criação de comissões municipais de património, a promoção de programas educativos e o envolvimento dos cidadãos no processo decisório são passos fundamentais para consolidar a legitimidade regional nesta matéria.

Depois, importa manter um discurso político claro, consistente e articulado com a região autónoma da Madeira, reforçando a solidariedade entre arquipélagos e consolidando uma frente comum em defesa da autonomia cultural insular.

Finalmente, a primeira e mais imediata ação que a Região Autónoma dos Açores deve tomar é afirmar, com clareza e firmeza, a nulidade jurídica deste Despacho, que contraria frontalmente legislação com força hierárquica superior. Esta posição deve ser sustentada politicamente e, se necessário, juridicamente, através de pareceres fundamentados e eventuais impugnações formais. Mais até do que uma afronta às conquistas autonómicas, este despacho é um erro político grave que precisa de ser corrigido com urgência. ■

“

**Só uma gestão regional, autónoma e especializada consegue responder a esta complexidade de forma eficaz e com sensibilidade cultural.**

tural subaquático em Portugal. Transformaram um território insular e disperso num modelo de boas práticas, com reconhecimento nacional e internacional. Este legado é inseparável da autonomia, que permitiu reverter décadas de marginalização e afirmar uma nova centralidade atlântica no campo do património cultural.

**Quais são os aspectos do Património Cultural Subaquático açoriano que necessitam neste momento de maior atenção? Existe património em risco?**

Sim, existe património em risco, e a sua salvaguarda exige medidas urgentes e estruturadas. Contudo, o risco não decorre da ausência de legislação - que é sólida e reconhecida - mas sim da falta crónica de recursos financeiros e humanos alocados à arqueologia subaquática. A legislação existente permite proteger adequadamente este património, mas a sua aplicação efetiva está a ser travada por limitações orçamentais graves, que têm penalizado de forma continuada a cultura, e particularmente o domínio subaquático.

É, portanto, fundamental garantir orçamento próprio e estável para este campo específico, que tem sido injustamente negligenciado, apesar da sua importância es-